

ESTRATÉGIA DE DEFESA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

ROBERTO GAMA E SILVA
Contra-Almirante (Ref^o)

O Brasil herdou o imenso e riquíssimo território da nossa Amazônia graças à visão penetrante do estadista português Sebastião José de Carvalho e Melo, que viria a se tornar Conde de Oeiras e, depois, Marquês de Pombal.

O Marquês de Pombal foi nomeado primeiro-ministro do rei Dom José I por decreto de 5 de agosto de 1750 e nessa situação permaneceu até a morte do rei, em 23 de fevereiro de 1776.

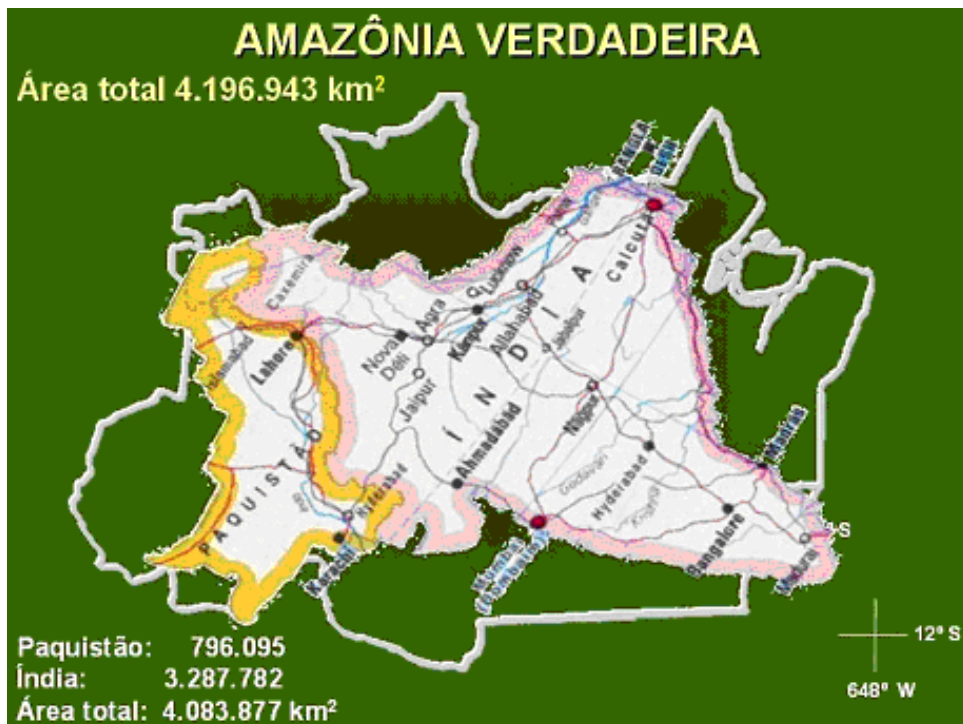
Durante 26 anos, o primeiro-ministro foi o gênio que executou a obra governativa do rei Dom José I, uma das mais profícuas de Portugal.

Segundo o historiador lusitano Joaquim Ferreira, “os portugueses têm razões sobejas para venerar em Pombal o maior governante da pátria”.

Nós, brasileiros, também temos razões sobejas para considerar o Marquês de Pombal responsável pela anexação definitiva ao Brasil do território da Amazônia

Nós, brasileiros, também temos razões sobejas para considerar o Marquês de Pombal responsável pela anexação definitiva ao Brasil do território da Amazônia, com superfície superior à soma dos territórios da Índia e do Paquistão.

Quando tomou posse como primeiro-ministro do Reino, decorriam sete meses da assinatura do Tratado de Madri, que, pela primeira vez desde o Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494, procu-



rou definir os limites entre as possessões de Portugal e Espanha na América do Sul.

Diga-se de passagem, por pertinente, que o novo Tratado foi viabilizado pelo princípio do *Utis Possidetis Facto*, proposto pelo secretário de Dom João V, o paulista Alexandre de Gusmão, que no ano anterior, isto é, em 1749, mandara confeccionar o Mapa das Cortes, no qual apareciam as terras efetivamente ocupadas pelos portugueses na América do Sul.

O Tratado acabou sendo firmado porque os espanhóis admitiram que haviam avançado ilegalmente sobre o arquipélago das Filipinas, no Oceano Pacífico.

Então, a linha original de Tordesilhas foi deslocada para oeste, na América do Sul, de modo a legitimar as terras desbravadas pelos portugueses, e para leste no Pacífico, para submeter as Filipinas ao domínio do Rei da Espanha.

Em resumo, a Amazônia brasileira foi trocada pelas Filipinas!

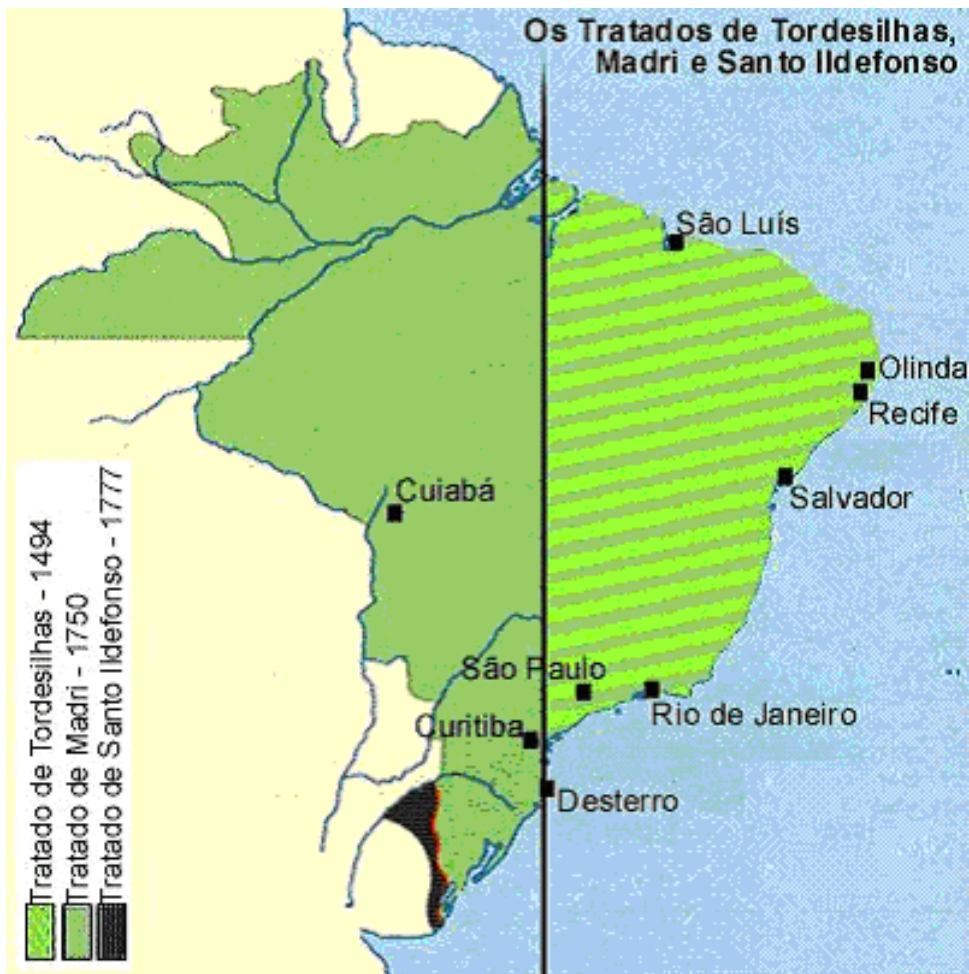
Como aparece na figura acima, o mapa da Amazônia ainda estava incompleto, pois faltava acrescentar o Acre, cujo contorno ainda se achava indefinido, pelo fato de não ter sido determinada a posição correta

das nascentes do Rio Javari, ponto de onde seria traçada uma linha leste-oeste até a origem do Rio Madeira, na confluência do Mamoré com o Beni. O

Acre, vale lembrar, só foi incorporado oficialmente ao território brasileiro pelo Tratado de Petrópolis, firmado com a Bolívia em 17 de novembro de 1903, após a vitória pelas armas de aguerridos brasileiros sob o comando firme do gaúcho José Plácido de Castro.

A dimensão e a natureza da Amazônia chamaram, de imediato, a atenção do Marquês de Pombal.

**Em resumo, a Amazônia
brasileira foi trocada pelas
Filipinas!**



Para começar, nomeou o próprio irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, oficial de Marinha, para o cargo de governador do Grão-Pará e Maranhão, com a missão de assegurar, de todas as maneiras, a integridade das terras da Amazônia transferidas para o domínio de Portugal.

Mendonça Furtado criou, em 1755, a Capitania de São José do Rio Negro, elegendo como sua primeira capital a localidade de Mariuá, hoje Barcelos, para estimular o povoamento da bacia do Rio Negro e contribuir para eliminar a penetração espanhola pelas aquavias daquela região.

Na impossibilidade de ocupar fisicamente a imensa região, Pombal delineou a estratégia portuguesa para manter a Amazônia sob domínio português: “tamponamento das vias de acesso do exterior para o interior da região e vivificação dos pontos fronteiriços confrontantes com pontos vivificados do outro lado da fronteira”.

Em 6 de junho de 1755, Pombal decretou a emancipação completa dos índios que habitavam a Amazônia, conquistando assim o apoio dos silvícolas à causa portuguesa. No dia seguinte, 7 de junho de 1755, foi criada a Companhia do Grão-Pará e Maranhão, soci-

idade cujo capital foi subscrito pelos empresários da praça de Lisboa, com o propósito de alijar os intermediários no comércio com a região, sobretudo os ingleses.

A estratégia pombalina tem prevalecido até hoje, embora posta em prática inconscientemente.

O Exército Brasileiro, ultimamente, vem se empenhando em consolidá-la por intermédio de um projeto denominado Calha Norte, que consiste, basicamente, no aumento dos efetivos das unidades dispostas ao longo da fronteira ao norte do Rio Amazonas, além da criação de novos grupamentos militares na mesma região lindeira.^(N.R.1)

Essa medida, embora contribua para a proteção da fronteira, não é de todo eficiente no que tange ao tamponamento, pois o espaço amazônico não é propriamente continental, eis que se assemelha a um imenso arquipélago, tal a quantidade de rios e igarapés que cortam o terreno.

A Força Aérea Brasileira acaba de tamponar, com eficiência, o espaço aéreo da região, mediante a instalação de uma rede de radares e o estacionamento de aeronaves de combate nas bases existentes, com o que o contrabando e o descaminho de materiais de valor decresceram sobremaneira.

Com essa inovação, todos os bens normalmente transportados pelas aeronaves piratas foram desviados para as hidrovias, cujo patrulhamento é ainda frágil.

A fragilidade do tamponamento das hidrovias pode ser ilustrada com três exemplos lapidares.

O primeiro exemplo relaciona-se com o descaminho de madeiras, em toras e serra-

das, antes da implantação da Agência da Capitania dos Portos em Munguba (o porto de Monte Dourado).^(N.R.2)

O Grupo Executivo para a Região do Baixo-Amazonas (Gebam) demonstrou para as autoridades governamentais, inclusive para o próprio Presidente da República, que havia descaminho de madeiras em toras e beneficiadas, cujo valor, a preços de 1982, ultrapassava a casa de US\$ 1,2 bilhão.

Respaldavam essa revelação o cotejo entre o inventário florestal, levantado alguns anos antes pelo Radambrasil, e o volume de madeiras contido na área desmatada; a capacidade das três serrarias instaladas na área; o depoimento dos práticos do Rio Jari;

e a frequência de atracação de navios no porto de Munguba.

Todo esse volume de madeiras transportado ilegalmente cruzou a foz do Amazonas pelo chamado Braço Norte, na verdade a foz

do grande rio, sem que fosse detectado.

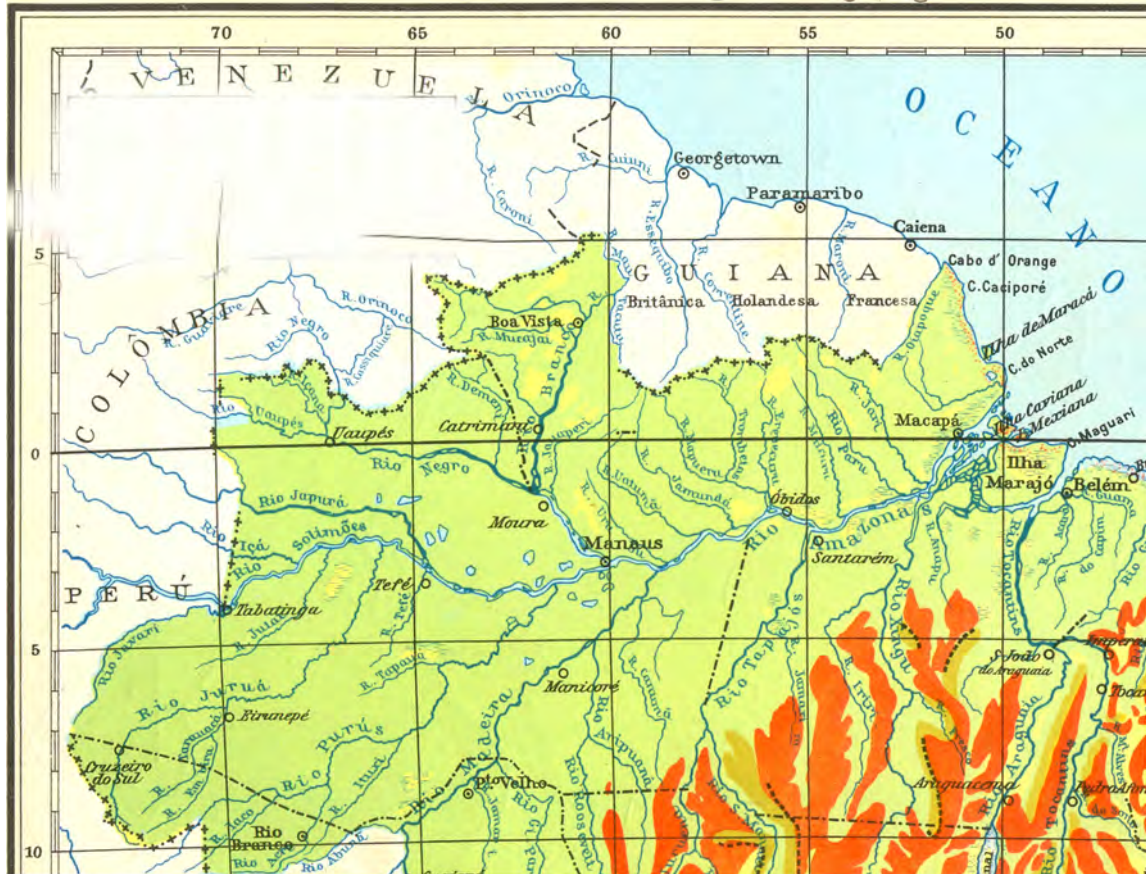
O segundo exemplo ocorreu em época mais recente, setembro de 2001, quando o navio *Artic Sunrise*, de bandeira inglesa e pertencente à organização não-governamental estrangeira Greenpeace, penetrou no Rio Amazonas para executar a demarcação das terras reservadas para os 361 nativos da tribo Deni, estabelecidos entre o Rio Xerua, afluente do Juruá, e o Rio Cuniuá, da bacia do Purus.

Aplicando os mesmos critérios “metafísicos” usados para a concessão de reservas para os silvícolas, os Deni foram aquinhoados com uma área de 998.400 hectares.

Pois bem, o *Artic Sunrise* suspendeu do porto de Manaus, no dia 20 de setem-

A estratégia pombalina tem prevalecido até hoje, embora posta em prática inconscientemente

N.R.1: Os recursos do Projeto Calha Norte atualmente também contemplam a Marinha e a Força Aérea.
N.R.2: A Agência da Capitania dos Portos do Pará em Munguba esteve ativada desde 1979 até 1999.



bro de 2001, demandando a área concedida aos Deni e levando a bordo o cacique Haku Varashadeni, da tribo em questão, dirigentes da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da Operação Amazônia Nativa (Opan), todos reunidos para proceder à demarcação da reserva, já que o “governo brasileiro não havia cumprido o

compromisso constitucional de demarcar todas as terras indígenas até 1993”.

Os dois exemplos alinhados demonstram a necessidade de instalação de uma Estação Naval nas proximidades de Macapá, dotada com navios-patrolha e com instalação fixa de radares de superfície, para tamponar a foz do Amazonas e apresiar navios envolvidos em operações ilegais ou antinacionais.^(N.R.3)

Os dois exemplos alinhados demonstram a necessidade de instalação de uma Estação Naval nas proximidades de Macapá

N.R. 3: Ver proposta similar do Vice-Almirante (Ref²) José Luiz Feio Obino, publicada na RMB do 4º trimestre de 1998.

N.R. 4: Gaiola – Embarcação de navegação fluvial, empregada para transportar sobretudo passageiros.

O terceiro exemplo refere-se ao do Rio Solimões, nas proximidades da tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia.

No período noturno do dia 4 de julho de 1949, o gaiola^(N.R.4) *Ajudante*, pertencente à frota do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (Snaap), navegava próximo à margem esquerda do Solimões, no trecho entre São Paulo de Olivença e Benjamim Constant, transportando 120 passageiros.

Surpreendentemente, uma canhoneira da Marinha da Colômbia, bem dotada de armamento (dois canhões de 195 mm, dois canhões de 40 mm da fábrica Bofors e dez metralhadoras de 20 mm da fábrica Oerlikon), aproximou-se do *Ajudante* e abriu fogo até afundá-lo. Como resultado do ataque morreram 112 brasileiros.^(N.R.5)

Posteriormente, a diplomacia colombiana apresentou as suas desculpas, alegando que o *Ajudante* fora confundido com um navio peruano, eis que os dois países vizinhos haviam retomado as hostilidades em torno do território onde se situava a cidade de Letícia.

A canhoneira colombiana, sem qualquer aviso às autoridades brasileiras, demandava o Rio Içá, procedente de Letícia.

A facilidade de penetração na Amazônia brasileira por embarcações procedentes do território colombiano, mediante a utilização da aquavia Içá-Putumayo, ainda persiste.

Com a atual dificuldade de uso do espaço aéreo para atividades ilícitas, o contra-

bando de armas e de tóxicos transferiu-se para o transporte hidroviário, tendo como principal via o Rio Içá.

Então, como a simples presença de tropa terrestre, na divisa Brasil-Colômbia, não propicia a detecção da penetração de embarcações, mormente no período noturno, cabe à Marinha o tamponamento do Rio Içá, de preferência com a implantação de uma Estação Naval em Santo Antônio do Içá, povoação localizada na margem esquerda do rio, bem na confluência com o Solimões. Além da presença de navios-patrolha, a nova Estação

Naval deveria contar com a instalação de radares de superfície fixos e a presença de tropa de Fuzileiros Navais, pronta para executar operações ribeirinhas.

Ressalte-se que a localização da Estação Naval proposta, estrategicamente distante da fronteira, além de

garantir o tamponamento efetivo do Rio Içá, ainda executaria a mesma tarefa no Rio Solimões.

O reforço da presença de Fuzileiros Navais na Estação Naval, ademais, tornaria a atuação desse segmento de projeção do Poder Naval mais sintonizada com a conjuntura.

Obviamente, a ideia de criação de duas novas “Estações Navais” na Amazônia inclui necessariamente o aumento do número de navios-patrolha fluviais e costeiros em operação na região, além de unidades para a condução de operações ribeirinhas.

Adotadas as providências propostas, ainda se faz necessário barrar três caminhos de penetração existentes na margem

Cabe à Marinha o tamponamento do Rio Içá, de preferência com a implantação de uma Estação Naval em Santo Antônio do Içá

N.R. 5: Mais detalhes do ataque ao *Ajudante* estão descritos no livro “Fronteiras da Amazônia – uma guerra silenciosa”, do Capitão de Mar e Guerra (Ref^a) Aécio Pereira de Souza. Partes do livro foram publicadas na RMB do 2º trimestre de 2001.

direita do Amazonas, como são os Rios Madeira, Purus e Juruá. Nos três casos, seria suficiente equipar as Organizações Militares da Diretoria de Portos e Costas, isto é, a rede de capitania, delegacias e agências, com lanchas-patrolha armadas e instalações fixas de radares de superfície, em Porto Velho, Rio Branco e Eirunepé.

Ademais, como a Estratégia de Defesa Nacional, recentemente divulgada, preconiza a presença de Forças Navais oceânicas no norte do País, para se contrapor às ameaças oriundas da região de onde sopram os ventos boreais, parece óbvia a escolha da Baía de São Marcos, no Maranhão, como sede da Base

Naval que dará apoio à Esquadra do Norte. Tal escolha não admite outra alternativa devido às águas profundas e protegidas da citada baía, que permitirão o estacionamento seguro de navios de maior calado,

inclusive aqueles dotados de domos de sonares com dimensões avantajadas.

Esta Esquadra do Norte também deverá contribuir, com grande eficiência, para o tamponamento avançado da foz do Amazonas.

Para concluir, deve ser enfatizado que a continuidade de aplica-

ção da estratégia delineada pelo Marquês de Pombal, mais do que nunca, é vital para o exercício da soberania e manutenção da integridade territorial da Amazônia brasileira.

A estratégia delineada pelo Marquês de Pombal, mais do que nunca, é vital para o exercício da soberania e manutenção da integridade territorial da Amazônia brasileira

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<POLÍTICA>; Estratégia; Política interna; Soberania; Amazônia;